

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NORTE-RIO-GRANDENSE*

Manuel Correia de Andrade

Ex. Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

INTRODUÇÃO

Elaboramos este ensaio sobre a produção do espaço norte-rio-grandense em função de nossa participação no Projeto Rio Grande do Norte. Consideramos este projeto como uma experiência pioneira em universidades brasileiras e, uma vez realizado, terá efeitos altamente promissores, tanto do ponto de vista do conhecimento da realidade estudada – o território do Rio Grande do Norte – como na oferta de alternativas a modificações e inovações no sistema de ensino universitário, de vez que fornecerá a professores e alunos uma série de informações básicas sobre a área geográfica em que vivem, contribuindo para que se proceda ao desenvolvimento de um ensino autêntico e desalienante, da realidade local. Este conhecimento virá substituir, na exemplificação, os ensinamentos produzidos em outras áreas e até hoje utilizados nas universidades brasileiras e preencher a lacuna de conhecimentos sobre o país. Ele transformará a universidade, de mera transmissora de conhecimentos produzidos em outras áreas e ligados a interesses alienígenas, em produtora e transmissora de conhecimentos que representam a exteriorização de desafios locais, regionais e nacionais, que exigem do pesquisador e do professor um diagnóstico e, quem sabe, uma terapêutica. Assim, o Projeto Rio Grande do Norte, promovido e realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, deverá provocar um processo de transformação da própria Universidade que o imaginou e o executou e, naturalmente, repercutir de forma positiva sobre as outras universidades brasileiras que têm, como a UFRN, uma crise de identidade com a região em que se situam e com a sociedade que as mantém e que delas espera receber uma contribuição à solução dos seus problemas.

As equipes mobilizadas pela FUNPEC, com assessores nacionais e internacionais, tiveram, naturalmente, dificuldades em se encontrar, em estabelecer, dentro dos paradigmas que levaram a Reitoria a criar o Projeto, os caminhos que deveriam ser seguidos. Após meses de estudos, de debates e de reflexões, conseguiram produzir um projeto para execução de três pesquisas centrais – Processo Produtivo, Sistema Institucional e Condições de Vida da População – que se interpenetram e se completam. A essas pesquisas centrais se acrescentariam outras específicas sobre determinados problemas ligados ao Estado, que seriam acionadas de acordo com as disponibilidades técnicas e econômicas, assim como a oportunidade das mesmas. Uma delas, referente às secas, está sendo acionada ao mesmo tempo que as pesquisas centrais, face à importância do tema para este Estado e também à ocorrência, no mínimo, de uma grande seca que se prevê, terá uma duração de cerca de cinco anos. Trata-se, assim, de uma imposição do momento histórico a que a universidade, como a sociedade, não pode ficar alheia.

Como a equipe que trabalho no PRN optou por uma metodologia dinâmica, encarando a análise da realidade norte-rio-grandense como o resultado de um processo que, como todo processo, não chegou ao fim, porque ele tem sempre capacidade de ir-se renovando, se

* Publicado originalmente pela Cooperativa Universitária da UFRN, Natal, 1981. A segunda edição foi publicada em 1995. Essa edição está publicada seguindo as normas da revista.

reativando, achamos que, como consultor, poderíamos dar uma contribuição razoável se elaborássemos um pequeno ensaio sobre a produção do espaço do Rio Grande do Norte, procurando demonstrar que este espaço está sendo elaborado e reelaborado, não em função de diretrizes e interesses de determinados grupos que dispõem de poder político ou econômico e têm maior poder de pressão. Assim, inicialmente, os indígenas foram cooptados pelos franceses para coletar os produtos florestais necessários ao comércio colonial; depois os portugueses dominaram os indígenas, expulsaram os franceses e organizaram o espaço em função da produção pecuária que servia de apoio à agricultura canavieira em Pernambuco, desenvolvendo em seguida a cultura de algodão, a fim de atender à demanda inglesa. Recentemente este espaço está sendo explorado em função da produção do algodão e da pecuária, como também, em função da produção de minérios – xilita, tantalite, petróleo, sal marinho, etc – cera de carnaúba, de castanha de caju e, possivelmente, em futuro próximo, de camarão, a fim de atender a um Mercado que não está localizado no Rio Grande do Norte. Veremos assim, que o espaço produzido não é estático, ele tem que ser permanentemente modificado em função de novos interesses e que as decisões a respeito do mesmo só parcialmente são tomadas no Estado em função dos interesses norte-rio-grandenses, porque sendo o mesmo um Sistema aberto, está recebendo influência decisiva de pólos situados além de suas fronteiras, no próprio Nordeste – Fortaleza e Recife – de certos setores no Sudeste do Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo – e de setores internacionais – New York, Paris, Londres, etc – enfim, para aqueles que estão em jogo os interesses das empresas transnacionais.

A produção deste documento visa chamar a atenção dos companheiros de trabalho e dos interessados para a análise da realidade norte-rio-grandense, para a problemática especial e para o papel desempenhado e a desempenhar por este Estado na região nordestina, no Brasil e na economia mundial. Esperamos levantar uma série de alternativas que, examinadas e estudadas, serão certamente úteis à conclusão da pesquisa e à análise da problemática potiguar. Problemática que interessa tanto aos que aí vivem e trabalham, como a todos que estudam e procuram soluções para os múltiplos problemas brasileiros; problemas que não resultam apenas da conjuntura atual e que são provocados apenas por fatos contemporâneos, como condições naturais, posição geográfica, etc, mas que são o coroamento de um processo evolutivo em que a exploração dos recursos naturais e a forma de produção do espaço não foram feitas de acordo com os desafios dessas condições, com respeito à conjuntura ecológica e voltado para a solução dos interesses nacionais. É um crescimento que vem se procedendo de acordo com um modelo colonial, dando primazia às exportações e não com um modelo de produção para atender às necessidades do Mercado interno, com exportação dos excedentes. Para comprovar esta afirmativa é que desenvolvemos o ensaio que se desdobra nos itens que se seguem e que esperamos, seja útil aos que trabalham no Projeto Rio Grande do Norte, assim como aos que estudam a realidade potiguar.

O HOMEM E O ESPAÇO PRODUZIDO

Ao ser analisado, sob enfoque geográfico, a organização de uma determinada porção do espaço, deve-se refletir sobre o processo que determinou a organização desse espaço, com as formas que apresenta e, secundariamente, as condições naturais que caracterizam a área em observação. Isto porque, o homem no processo de produção do espaço, organizando o mesmo de acordo com os seus interesses, com os seus objetivos, em função da realização econômica das classes dominantes e lançando mão do capital e dos recursos técnicos de que dispõe, enquanto o meio natural é o objeto que oferece, conforme o momento histórico, condições mais ou menos favoráveis de utilização, face às metas a serem atingidas.

É frequente entre os geógrafos tradicionais a afirmação de que o meio natural tem uma função condicionante à ação do homem, havendo até, entre os ambientalistas mais ou menos comprometidos com o determinismo geográfico, autores que admitem que as condições naturais são um fator limitante ao desenvolvimento econômico e social e, às vezes, responsável pelo subdesenvolvimento. É que esses autores, por deficiência de formação, por comprometimento ou por acomodação com as “verdades” estabelecidas, esquecem que o espaço geográfico é social, é produto da ação do homem visando alcançar determinados objetivos e que sua capacidade para transformar a natureza é muito grande, dependendo apenas das disponibilidades técnicas e econômicas de que dispõe e da vontade dos grupos dirigentes.

Estas reflexões nos levam a considerar as modificações que têm ocorrido, nas últimas décadas, na utilização do espaço, em pontos diversos do território nacional, em função de interesses imediatos e da implantação de obras de infra-estrutura. Para exemplificar lembramos que até a década de cinquenta (1950/60), a cultura da cana-de-açúcar no Nordeste era feita na faixa oriental úmida, em solos aluviais de várzeas e nas encostas onde domina o “barro vermelho” oriundo da decomposição de rochas cristalinas. Os tabuleiros sedimentares, apesar de bem localizados em relação às vias de escoamento e do Mercado consumidor, eram deixados à vegetação natural e às culturas de subsistência, por serem considerados solos pobres, arenosos. Hoje os canaviais cobrem esses tabuleiros, como se pode observar entre os vales que desembocam na costa oriental do Rio Grande do Norte, face à descoberta e utilização de processos de correção dos solos e também à necessidade de mecanização da lavoura canavieira, visando à liberação da mão-de-obra e ao barateamento do custo da produção.

Sabemos ainda que a áreas marginais do rio São Francisco, tradicionalmente usadas para a produção de alimentos – mesmo a de cana-de-açúcar, aí cultivada, se destinava à produção de rapadura e de cachaça para a população sertaneja – após a implantação de estradas asfaltadas cortando a hinterlândia e da construção de grandes barragens visando à produção de energia e, secundariamente, à irrigação, estão sendo atingidas pela implantação de grandes projetos de modernas usinas, inicialmente para a produção de açúcar destinado à exportação e, depois, a de álcool para atender a crescente demanda de combustível.

Áreas situadas no interior, a milhares de quilômetros de distância dos portos e atingidas por rodovias, ainda em processo de construção, estão sendo estimuladas a desenvolver culturas de cacau e de café com vistas ao Mercado externo, de acordo com uma política governamental que visa descongestionar certas áreas onde o problema da terra tem criado tensões sociais e onde os grandes empresários podem fazer investimentos de pequena importância para serem, a curto prazo, beneficiados pela valorização da terra.

Todo o processo de colonização e de ocupação do espaço brasileiro foi comandado do exterior; no começo, face aos objetivos da colonização portuguesa de abastecer o Mercado europeu de açúcar de cana, de metais, de pedras preciosas, de ouro e de alimentos tropicais e, depois da independência, sem alterar o processo de produção, face ao atendimento da programação dos países e grupos econômicos europeus e americanos que planejavam a utilização dos recursos e a acumulação de capital em escala mundial.

Assim, a análise do processo de produção do espaço norte-rio-grandense deve ser orientada para enfoques determinados.

- a) que, na observação do espaço, quer diretamente, quer através da documentação existente, projetam-se as formas de ocupação dominantes e não a sua essência, as causas que deram origem a estas formas de ocupação;
- b) que, conhecidas as formas, deve-se proceder à análise da origem das mesmas, lançando mão do estudo histórico-econômico, a fim de se compreender porque surgiram aquelas formas, em função de que interesses e, em favor de que grupos sociais. Devendo-se observar o espaço produzido, não como um produto acabado da ação do homem, mas como um momento na elaboração de um produto que está sendo constante e permanentemente reorganizado, reformulado e, conseqüentemente, reproduzido;
- c) que, sendo o Rio Grande do Norte um Estado de pequenas dimensões territoriais – 53.015 Km² –, encravado em uma região subdesenvolvida de um país do Terceiro Mundo, não tem o seu espaço elaborado apenas em função dos interesses dos seus habitantes ou dos grupos econômicos de dominação local, mas também dos interesses regionais, nacionais e internacionais. Isto porque, a renda obtida no espaço norte-rio-grandense não coincide, com a renda do Rio Grande do Norte, face à interferência de fatores estranhos ao Estado e ao carreamento para fora do seu território, de grande parte da mais valia aí produzida. A população do Estado trabalha para produzir bens de valores que estão muitas vezes parcialmente desvinculados do mesmo, de vez que são destinados à exportação e, cujo produto, em forma de dinheiro, vai ser transferido para áreas mais ricas na região, no país, no exterior, que financiam e controlam esta produção. Desse modo, não se pode analisar o espaço geográfico de uma unidade política, sem levar em conta o princípio da totalidade, a vinculação entre esta área e as demais áreas do planeta; o processo do espaço se faz só em função dos interesses locais, como também dos interesses externos que são os maiores beneficiários do sistema de utilização dos recursos produzidos. E a análise do processo de produção do espaço norte-rio-grandense ilustra bem esta interferência externa, em vários níveis, sobre o mesmo.

O MEIO NATURAL E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO RIO GRANDE DO NORTE

O processo de ocupação do espaço geográfico do Rio Grande do Norte foi iniciado no século XVI, com a conquista e exploração do território brasileiro, com a expansão europeia pela superfície do planeta, e, conseqüência da Revolução Comercial. Era a primeira etapa da expansão do Capitalismo Mercantilista que deu origem ao chamado Antigo Sistema Colonial¹. O Rio Grande do Norte era, então, uma porção do território nordestino onde dominava um clima semiárido em sua porção ocidental e úmido na porção oriental, alternando-se florestas que ocupavam vales de rios como o do Ceará-Mirim, do Potengi, do Trairi e do Cunhaú e as que apareceriam “ilhadas”, do ponto de vista topográfico, em serras como a do Martins, com cerrados e caatingas. A população indígena era pouco numerosa e adaptava-se às condições do meio natural, exercendo atividades extrativistas como a caça, a pesca e a coleta. Com uma agricultura incipiente e não conhecendo ainda as cidades, o homem se adaptava às condições do meio, produzindo apenas para o auto abastecimento, não criando fluxos de mercadorias entre diferentes áreas. Havia, porém, fluxos sazonais de pessoas, condicionadas pela época de safra de certos produtos como o caju, ou pela maior abundância de pesca e de caça em determinados

¹ Sobre o assunto é interessante analisar a obra de Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo* 11ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo, 1971.

pontos. Não havendo fluxos organizados e permanentes, pode-se admitir, com Bernard Kayser², que se tratava de um espaço indiferenciado, praticamente ainda não organizado, ainda não adaptado aos interesses do homem. A racionalidade do sistema indígena de posse e uso da terra não aconselhava grandes modificações da natureza, preferindo, por opção ou por impossibilidade técnica, adaptar-se às condições naturais a fazer grandes modificações na natureza.

Quando portugueses e franceses, disputando o litoral, estabeleceram as primeiras feitorias, provocaram o início da transformação do meio natural em espaço geográfico, social, produzido pelo homem. Eram feitorias temporárias, simples armazéns onde alguns degredados ou aventureiros se instalavam e, em contato com os índios, utilizando o escambo³, procuravam armazenar produtos da terra, sobretudo o pau-brasil, à espera das naus que os transportavam para a Europa. A luta entre franceses e portugueses acentuou-se nos meados de século XVII; os indígenas, formando tribos rivais, foram cooptados ora por um, ora por outro, conquistador, tornando-se aliados que se empenhavam com bravura nas lutas por aqueles travadas.

Sendo legalmente os proprietários das terras do Brasil, então chamada de Santa Cruz, face ao tratado de Tordesilhas e ao apoio do Papa, e sendo militarmente melhor equipadas, conseguiram os portugueses implantar algumas colônias na costa – Pernambuco, Bahia, São Vicente, etc. – e, a partir dessas colônias, irradiar sua influência, já no século XVII, a bem organizada aventura holandesa.

Inicialmente os portugueses implantaram a cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco, fundando vilas – Igarassu e Olinda – e engenhos de açúcar que, no início do século XVII (1630), somavam cerca de 144, só em Pernambuco. Essa ocupação foi feita de forma muito cruel, de vez que os indígenas foram expropriados de suas terras, escravizados e submetidos a um processo de catequese que condenava seus valores tradicionais, desaculturando-os. Eram privados “*manu militari*” da propriedade da terra, da Liberdade, da religião e da cultura, tornando-se alienados e dominados por um povo invasor e, muitas vezes, exterminados.

As tribos ainda não dominadas, que viviam na periferia do enclave formado pela área ocupada pelos portugueses, ou que dela recusavam, após a derrota, tornaram-se agressivas, em parte instigadas pelos franceses que não tendo iniciado ainda o processo colonizador, mantinham o sistema de escambo; geralmente reagiam aos portugueses e faziam incursões às áreas por estes dominadas, matando colonos e escravos, destruindo habitações engenhos e ameaçando vilas e povoações.

Além disso, os portugueses, ávidos de terras para cultivar a cana-de-açúcar e criar animais domésticos, já que a destruição da mata provocava o desaparecimento dos animais de caça, procuraram expandir a área conquistada, levando a guerra até a Paraíba, onde fundaram engenhos, a partir de 1580, e ao Rio Grande do Norte, onde se estabeleceram, construindo Natal e o Forte dos Reis Magos, em 1599⁴. A conquista do Rio Grande do Norte, Capitania doada por D. João III a João de Barros, mas cuja exploração não havia sido iniciada pelo Donatário, foi

² Les Divisions de l’Espace Geographique dans les Pays Sous-developpés. Extrait de annales de Geographie. Paris, 1984.

³ Marchand, Alexander. Do Escambo à escravidão, Companhia Editora Nacional. São Paulo.

⁴ Cascudo, Luís da Câmara – em História da Cidade e Natal. Prefeitura da Cidade do Natal. Natal 1947, analisa a fundação e a evolução da Capital do Rio Grande do Norte.

feita sob o comando de Jerônimo de Albuquerque II, um mameluco, filho de Jerônimo de Albuquerque com a índia Maria do Espírito Santo, e que depois se notabilizaria na conquista do Maranhão.

Ligado pelos laços de sangue à família do Donatário de Pernambuco, constituiu-se um dos primeiros troncos de uma oligarquia, cuja influência política e econômica, no Nordeste, chega até os nossos dias; como fidalgo, soube dividir o seu tempo entre fazer guerra contra os inimigos da Coroa Portuguesa, de quem era súdito, e montar propriedade, sendo o primeiro senhor de engenho da Capitania, com o histórico e famoso engenho Cunhaú.

Depois desse engenho, foi fundado um outro no Rio Grande do Norte, na primeira metade do século XVII, nos vales úmidos da porção oriental, totalizando duas unidades em 1637, por ocasião do domínio holandês. O Sistema canavieiro em expansão era profundamente elitista, formando uma sociedade estruturada em classes bem definidas. Uma pessoa influente e de posses que prestasse serviços ao Rei ou Donatário, conseguia a doação de uma vasta área – a sesmaria – com a obrigação de, às próprias custas, ocupá-la, povoá-la e explorá-la. Quando em uma área mais ampla havia um determinado número de engenhos e de habitantes, surgiam as povoações, sendo uma delas elevada à categoria de vila, organizando-se o poder local, poder que era controlado pelos proprietários de terra, de vez que só estes tinham direito de votar e de serem votados para os cargos e funções das Câmaras Municipais. Eram chamados de “Homens bons”, o que significava dizer, homens de haveres, possuidores de bens e rendas elevadas.

Na exploração do engenho, a fábrica, chamada geralmente de “moita”, e onde a cana era transformada em açúcar ou aguardente, era muito importante; o sesmeiro montava o engenho, plantava a cana e cedia uma parte da terra a homens brancos, mas pobres – os lavradores – que a cultivavam também com a cana para ser moída no engenho. Além disso, o engenho também moía as canas dos proprietários que dispunham de terras, mas não dispunham de indústria, – os lavradores proprietários – menos dependentes do senhor de engenho que os lavradores não proprietários. Havia também pessoas agregadas aos proprietários e que habitavam as porções marginais dos engenhos, com direito de cultivar a terra para produzir o seu próprio alimento. Nas ocasiões de maior necessidade de mão-de-obra – na safra, por exemplo – ou quando o senhor de engenho necessitava de capangas para reprimir escravos, enfrentar inimigos ou se defender de ataques indígenas ou de piratas e invasores, essas pessoas, chamadas de foreiros ou moradores, eram arregimentadas para lutar em sua defesa. Fora essas pessoas havia os empregados, geralmente especializados na fabricação do açúcar ou da aguardente, e os capatazes que administravam a propriedade e se relacionavam com os subordinados, como prepostos do senhor de engenho.

Na base dessa sociedade ficavam, os escravos indígenas ou negros importados da África e que viviam em senzalas, trabalhando para o senhor, sob a fiscalização dos feitores e capatazes⁵.

O senhor de engenho, ao lado do domínio econômico que lhe dava o controle da terra e da indústria, exercia o domínio político, ou seja, o controle dos cargos nas Câmaras Municipais, e ainda detinham o poder militar, pois organizavam as tropas de 2ª linha – as Milícias – onde

⁵ Andrade, Manuel Correia de – A terra e o homem no Nordeste. 4ª edição págs. 49/123. Livraria Editora de Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

eram oficiais, tendo os seus agregados e dependentes como soldados ou ocupando postos de hierarquia inferior ao seu⁶.

A expansão do Capitalismo Mercantil no território brasileiro em geral, e norte-rio-grandense em particular, criou uma formação econômico-social diversa daquela dominante na Europa, permitindo o surgimento de um modo de produção que não era feudal, mas não era ainda o capitalismo puro. Um modo de produção dependente do modo de produção capitalista que, face às condições da Colônia, permitia a utilização do trabalho forçado, estimulava a acumulação primitiva na área e a acumulação do tipo mercantil em Portugal e nos países europeus que influenciavam e controlavam a economia portuguesa, como inicialmente a Holanda e, posteriormente, a Inglaterra⁷.

O ESPAÇO NORTE-RIO-GRANDENSE E A OCUPAÇÃO DO NORTE DO BRASIL

A ocupação do espaço norte-rio-grande não preencheu uma finalidade em si mesma, de vez que esta porção do território nordestino, após a fundação da cidade de Natal, foi transformada em ponto de apoio da expansão para o Oeste. Do Rio Grande do Norte, apesar de pouco povoado, partiriam as forças que ocuparam o Ceará, o Maranhão e o Pará, ocupação feita de forma rápida, em menos de vinte anos (1598/1616).

O processo de expansão para o Oeste foi feito ao mesmo tempo em que se procedia à ocupação da costa Oriental com a atividade canavieira, quando os senhores de engenho de Pernambuco estimularam à implantação de fazenda de criação de gado na costa setentrional, utilizando posteriormente os vales do Piranhas-Açu e do Mossoró-Apodi para penetrar para o interior do vale do Jaguaribe.

Esta penetração através dos rios, porém, não encontrou um sertão ocupado apenas por índios derrotados e fugitivos, encontrou grupos indígenas aguerridos que, refugiados nas serras, resistiram por muitos anos ao invasor (Guerra dos Bárbaros), a ponto de se tornar necessário a vinda de bandeirantes, habituados à luta contra os índios, para combatê-los; encontrou povoadores baianos que, sobre a proteção de grandes latifundiários, como a família Garcia D'Ávila, receberam sesmarias em léguas e se expandiram desde a costa Norte da Bahia até os sertões do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí. Esses povoadores, prepostos da Casa da Torre⁸, subiram aos rios da vertente oriental – Itapicuru, Vaza Barris, Real, Inambuque – até as suas nascentes, de onde após atravessaram a Chapada Diamantina e as serras que a continuam para o Norte, à procura de pastos e de minérios, desceram aos afluentes da margem direita do rio São Francisco, até o leito do grande rio. Ocuparam cerca de oitenta léguas nas suas duas margens, construindo um latifúndio tão extensor quanto o da Casa da Ponte, sua grande rival que ocupou o Sertão Sul da Bahia e o Norte de Minas.

Apesar da margem do São Francisco ser pernambucana, os senhores da Casa da Torre atravessaram o rio e implantaram fazendas ao norte do mesmo, usando como caminhos os cursos dos afluentes temporários – Moxotó, Pajeú, Brígida, Grande, etc – Concluída a ocupação

⁶ Calmon, Pedro – História da Casa da Torre. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro s/d.

⁷ Sobre o assunto é interessante consultar Gorender, Jacob, em O Escravismo Colonial. Editora Ática, São Paulo, 1978 e Lapa, José Roberto do Amaral et ali e, Modos de Produção e Realidade Brasileira. Editora Vozes. Petrópolis, 1980.

⁸ Calmon, Pedro – História da Casa da Torre, págs 50/68.

desses vales, atravessaram os interflúvios e implantaram fazenda nos vales dos Piranhas-Açu, do Apodi-Mossoró, do Jaguaribe e do Parnaíba.

Do mesmo modo que os senhores de engenho, os grandes fazendeiros não tinham condições de explorar diretamente as suas imensas propriedades, controlar a política das Câmaras Municipais, cortejar e influenciar os governadores gerais e, posteriormente, os vice-reis instalados em Salvador e comandar as tropas de 2ª linha. Tropas a que recorria, com grande frequência, o Governo Português da Colônia, devido à pequena importância das tropas de 1ª linha e às constantes lutas com indígenas e piratas, e, a partir do século XVII, com escravos fugidos. Costumavam os fazendeiros dividir as suas propriedades em sítios, parte explorada diretamente por eles, através de feitorias e capatazes, e parte alugada a prepostos e dependentes que pagavam um foro anual. O sesmeiro tinha um posto mais elevado nas Milícias, quase sempre o de Capitão-Mor, enquanto os seus prepostos recebiam postos abaixo, nas tropas sobre seu comando; os empregados, os escravos e agregados formavam a tropa que era mobilizada nos momentos de perigo, durante o período Colonial, e de eleições, no período Imperial. Esta tropa era usada para capturar e destruir tribos indígenas que reagiam à conquista, eliminar pessoas que não se ajustavam ao sistema social implantado e se tornavam beatos ou cangaceiros⁹, ou então nas lutas contra agressores estrangeiros e contra facções rivais.

O Sistema se consolidou no Rio Grande do Norte, como de resto, no Brasil inteiro, como uma formação econômico-social profundamente concentradora de renda e de poder. Os grandes proprietários de terra tinham uma força e uma influência que estava diretamente ligada à riqueza que possuíam e ao poder que desfrutavam perante a Capitania e o próprio Governo Geral. Em algumas ocasiões chegavam a desafiar o poder do próprio Rei.

O crescimento econômico e demográfico da Colônia, procedendo-se ao mesmo tempo em que Portugal perdia importância e poder na Europa, possibilitou o surgimento de diferenciações entre os grupos sociais dominantes, além de grandes rivalidades. A importância da atividade comercial intensificou a vinda, para o Brasil, de pessoas dedicadas ao comércio e ligadas ao Poder Real, beneficiadas que eram pelo monopólio. Como os comerciantes formavam um grupo social que se consolidou após o dos proprietários, passaram a ser encarados como reinóis, como colonizadores, enquanto os descendentes dos primeiros imigrantes já eram proprietários de terra e, como tais, eram considerados como a “nobreza da terra”. Os comerciantes em geral levaram uma vida mais morigerada, economizavam mais, face à própria atividade que desenvolviam, dependentes dos fluxos do mercado, e se tornaram mais ricos que os proprietários, ameaçando tomar-lhe as terras, os escravos e os postos nas Câmaras Municipais. Este choque de interesses gerou entre eles um ódio que se aguçou, provocando, no século XVIII, a famosa Guerra dos Mascates (entre Olinda e Recife), e uma série de arruaças e motins nas várias cidades que tinham expressão como centros comerciais, como o “mata, mata marinho”. A preocupação com a cobrança de tributos e as tentativas de contenção de uma classe social que fizera crescer a sua influência e poder em espaços que o Poder Público não havia ocupado, levaram o Governo Português a melhor organizar as suas estruturas de Poder, criando cargos públicos e enviando funcionários que, muitas vezes, entraram em choque com capitães-mores e com as Câmaras Municipais.

⁹ Sobre o assunto há um interessante estudo de Facó, Rui – Cangaceiros e Fanáticos. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1963.

Até o século XVIII o Rio Grande do Norte se manteve pouco povoado; sua área úmida e agrícola era territorialmente pouco expressiva, e o Sertão teve o seu povoamento iniciado com uma atividade que não requeria muita mão-de-obra – a pecuária extensiva em campo aberto¹⁰. Muitos dos colonos, que se dirigiam para o Rio Grande do Norte, foram estimulados ou forçados a apoiar a conquista do Ceará, onde foi fundada a cidade de Fortaleza, e do Maranhão, onde os franceses, desde os fins do século XVI tentavam implantar um enclave de povoamento e haviam fundado a cidade de São Luís. O próprio Jerônimo de Albuquerque II, depois cognominado de Maranhão, comandou as tropas que, com Alexandre de Moura, estabeleceram o sítio aos franceses, instalaram-se no continente, em frente à ilha e, em 1615, conquistaram a sede do governo francês. Daí partiram os fundadores de Belém do Pará.

O povoamento do interior intensificou-se a partir da segunda metade do século XVIII, quando franceses e holandeses não constituíram mais perigo para a colonização portuguesa e, na Europa, se procedia à Revolução Industrial; a partir daí se expandiu e ganhou importância a demanda do algodão, produto nativo da América. Este produto, utilizado pelos indígenas antes mesmo do descobrimento, foi objeto de pequena exportação para a metrópole, desde os primeiros tempos. Tornou-se importante, porém, quando a indústria têxtil inglesa, em expansão, teve que substituir grande parte do linho pelo algodão, estimulando a sua cultura no mundo tropical. O sul dos Estados Unidos, o Nordeste do Brasil, a Índia e, posteriormente, o Egito, foram as primeiras grandes áreas mobilizadas para a sua produção. Bem adaptado ao clima semiárido, o algodão logo se expandiu pelas de pecuária, transformando o processo de utilização da área sertaneja; terras antes destinadas à pecuária extensiva em campo aberto, com pequenas manchas cercadas, nos lugares mais úmidos, para o plantio de lavouras de subsistência, sofreram uma transformação com a introdução de sua cultura. Além de conquistar grandes áreas às pastagens, o algodão provocou também um fluxo de população, aumentando a necessidade de alimentos; sendo, porém, uma cultura que permitia outras intercalares, como o feijão e o milho, o milho e a fava e até a mandioca, tornou essas áreas produtoras também de culturas de mantimentos.

Não necessitando ser beneficiado logo após a colheita, podendo ser armazenado para posterior utilização, o algodão separou a atividade agrícola da atividade industrial, permitindo que ao lado dos grandes produtores que possuíam bolandeiras, descaroçadores, etc., existissem também pequenos produtores que vendiam para aqueles, a sua produção. Os descaroçadores pertenciam quase sempre a comerciantes instalados nas povoações e essas, por sua vez, se tornaram o ponto de convergência de produtores nos dias de feira, contribuindo para o seu desenvolvimento e para que se tornassem, posteriormente, em vilas e cidade. Mossoró, segunda cidade do Rio Grande do Norte, surgiu como centro de comércio e administração e ganhou importância depois como empório comercial, em função da produção algodoeira do sertão¹¹.

Apesar de conquistar terras ao gado, o algodão não prejudicou a pecuária, de vez que a semente e a “rama” excelentes alimentos para o mesmo, sobretudo na estação seca, quando o pasto quase desaparecia. Além disso, o milho, o feijão e a fava, cultivados em associação com o algodão, forneciam restolho para complementar a alimentação dos animais. Estruturou-se, desse modo, um sistema da exploração agrícola e da formação social sertaneja até o início deste

¹⁰ Andrade, Manuel Correia de – *L’Elevage dans le Nord-Est du Brésil – Les Achiers d’Outre Mer*, Tome 21, págs 8/11 Bordeaux, 1968.

¹¹ Sobre o assunto ver Felipe, José Lacerda Alves – *Mossoró, um espaço em questão*, págs 7/13. Coleção Mossoroense, vol. CXL. Mossoró, 1980.

século. O grande proprietário era quase sempre comerciante, pecuarista ou industrial de beneficiamento do algodão, enquanto o pequeno proprietário e os parceiros e arrendatários tinham maior interesse na produção do algodão para a venda e na utilização do milho e do feijão como alimentos.

Apesar de conquistar terras ao gado, o algodão não prejudicou a pecuária, de vez que a semente e a “rama” excentes alimentos para o mesmo, sobretudo na estação seca, quando o pasto quase desaparecia. Além disso, o milho, o feijão e a fava, cultivados em associação com o algodão, forneciam o restolho para complementar a alimentação dos animais. Estruturou-se, deste modo, um sistema pecuária/algodão/culturas de mantimento que se constituiu o eixo da exportação agrícola e da formação social sertaneja até o início deste século. O grande proprietário era quase sempre comerciante, pecuarista ou industrial de beneficiamento do algodão, enquanto o pequeno proprietário e os parceiros e arrendatários tinham maior interesse na produção do algodão para a venda e na utilização do milho e do feijão como alimentos.

No século XVIII, os criadores de gado da região setentrional semiárida desenvolveram o processo de industrialização da carne, tentando libertar-se da dependência em que se encontravam, dos senhores de engenho. Tentando escapar do sistema em que o gado era enviado vivo, em boiadas, para as áreas açucareiras de Pernambuco e da Bahia, necessitando fazer paradas para descanso, às vezes de meses, os criadores, dispendo de sal, abundante nas salinas naturais do litoral do Rio Grande do Norte e do Ceará, fundaram as famosas “oficinas” que produziram a charque, então chamada de “carne de Ceará” e que se constituiu, durante muitos anos, o alimento básico do Nordeste.

A exportação de carne de charque, em lugar do animal vivo, trazia grandes vantagens ao criador, de vez que não havia extravio de reses e nem perda de tempo com a reengorda dos animais, após longas caminhadas. Ocorre, porém, que a diminuição da oferta do boi vivo, indispensável para os trabalhos nos engenhos, prejudicava os grandes proprietários do litoral que, mais próximos dos centros de decisão, tinham maior influência política e procuraram zelar as áreas de pecuária, deixando ao Ceará e ao Piauí, mais distantes, o direito de produzir a charque, privando o Rio Grande do Norte de sua indústria nascente; política altamente prejudicial porque esta Capitania dispunha de animais, do sal e da técnica de produção, mas dependia administrativamente da Capitania de Pernambuco. Acreditamos que se o desenvolvimento das oficinas tivesse sido estimulado, a carne de charque poderia ter-se constituído uma indústria expressiva na área ocidental do Rio Grande do Norte, permitindo o crescimento das cidades aí localizadas, sobretudo daquelas que, como Mossoró e Macau, possuíam função portuária. Vê-se, desse modo, que o espaço nem sempre é produzido em função dos interesses dos grupos que nele vivem, mas do interesse de grupos de outras áreas ou regiões, mas que detêm um grande poder político e econômico.

A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO PRODUZIDO (SÉCULOS XVIII AO XX)

Pode-se admitir que a fase da conquista portuguesa do espaço norte-rio-grandense foi concluída com a submissão da Confederação dos Cariris, efetivada em 1713, com o fim da imprópriamente chamada Guerra dos Bárbaros que durou cerca de 30 anos. Os colonizadores eram, então, os senhores do espaço potiguar, com os índios submetidos e recolhidos a povoações ou vilas, onde sob, os cuidados e a orientação de religiosos seriam catequizados, afim de abandonarem a sua religião, seus hábitos e seus costumes. Nas aldeias, combatia-se o

nomadismo e a caça desenfreada aos animais, a fim de fossem poupados das flechas indígenas os animais domésticos. A caça trazia, então, sérios problemas, de vez que o branco invadia as terras de caça dos índios, fundava fazendas e soltava o gado em pastos abertos; os índios, por sua vez, não conhecendo o sistema de criação de gado, caçavam os animais domésticos que se alimentavam em suas pastagens, da mesma forma que caçávamos animais silvestres. Os brancos, prejudicados, consideravam essa atitude um roubo e perseguiram e puniam os índios, provocando as guerras de extermínio, o verdadeiro genocídio que caracterizou o período colonial.

Os índios aldeados pelos jesuítas eram convertidos, pelo menos formalmente, à fé católica, eram ensinados a lavrar a terra e a reconhecer o direito dos brancos. Produzindo apenas o auto sustento, eles eram subutilizados, constituindo-se um reserva de mão-de-obra para os colonos, nas ocasiões em que necessitavam de braços para os trabalhos agrícolas ou doméstico.

O século XVIII caracterizou-se pela consolidação da conquista, embora a população indígena ainda fosse, nessa época, superior à de colonos. O território estava dividido em 11 freguesias (1775), com sedes na capital de Natal, nas vilas de Extremoz do Norte, de Portalegre, de São José, de Arês e na Vila Flor ou em povoações, como se pode observar na tabela 01.

Tabela 01: Divisão do espaço norte-rio-grandense em freguesias – 1775

Ribeira	Freguesia	Nº Fazendas	Nº Engenhos e Engenhocas	Capelas Filiais	Foros	Pessoas de Desobriga
Do Norte	Cidade do Natal	12	5	6	472	2.230
	Vila de Extremoz do Norte	16	-	-	484	1.123
Do Açú	São João Batista do Açú	90	-	3	571	2.864
Do Apodi	Vila de Portalegre	-	-	-	78	276
	Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros	6	-	3	210	2.058
	Nossa Senhora da Conceição e São Francisco da Várzea	54	-	5	421	4.094
Do Seridó	Caicó	70	-	7	200	3.147
Do Sul	Vila de São José	25	22	-	251	205
	Vila de Arez	-	-	1	340	1.101
	Vila Flor	-	-	-	264	648
	Nossa Senhora Prazeres de Goianinha	-	-	-	-	6.661
TOTAL		308	27	29	4.881	24.407

Fonte: Idéia Geral da Capitania de Pernambuco e suas anexas em anexas em Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XI. Rio de Janeiro, 1918.

Do ponto de vista fisiográfico, o espaço norte-rio-grandense estava dividido em cinco ribeiras, duas delas – Açú e Seridó – com apenas uma freguesia cada uma, a ribeira do Norte que possuía duas freguesias, a do Apodi que possuía três e, finalmente, a do Sul que possuiu a quatro freguesias. Observando-se a distribuição dessas freguesias pelas ribeiras, vê-se que a porção oriental, de menor extensão e, que hoje forma a microrregião de Natal, era a mais povoada, possuindo seis freguesias, enquanto a porção ocidental, compreendendo mais de 90% do território possui apenas cinco.

Algumas dessas freguesias, como Extremoz, Portalegre, São José, Arês e Vila Flor, estavam em processo de ocupação, sendo habitadas quase inteiramente por índios, embora em Arês e em Portalegre já houvesse uma certa quantidade de famílias portuguesas instaladas.

Face à grande extensão dessas freguesias, havia, em várias delas, capelas filiais onde os padres davam assistência religiosa e orientação a colonos e índios. Muitos desses religiosos, quando seculares, eram também proprietários de terra. A atividade econômica mais importante era a pecuária, o que se pode constatar pelo elevado número de fazendas existentes, sobretudo nas ribeiras da porção ocidental do território potiguar. Essas fazendas além da pecuária, já haviam iniciado a cultura do algodão e tinham uma tradição como produtores de cereais. Os engenhos eram pouco numerosos e usavam instalações de madeira, sendo três na freguesia de Natal e vinte e duas engenhocas que produziam rapadura e mel na freguesia de São José de Mipibu. Começava a definir-se, modestamente, a vocação canvieira do Leste Potiguar. Observando-se o número de “focos”, habitações e de “pessoas de desobriga”, vê-se que a população era muito mal distribuída pelas freguesias.

A transição do século XVIII para o XIX marcou muito o espaço norte-rio-grandense, quer em sua forma, quer em sua essência; admite-se que no início do século (1815) sua população ultrapassava os 50.000 habitantes, atingindo em 1845 os 100.000 habitantes. Nesse período, a economia da área se diversificou bastante, passando o seu espaço a produzir com alguma expressão, além do gado, do couro, do algodão e da rapadura, outros produtos como o sal¹², que trazia um grande incentivo ao crescimento do litoral, sobretudo a Mossoró, como o tabaco, o peixe salgado e as drogas medicinais. A Capitania era rica em minerais como o ouro, a prata, o ferro, o amianto, o cristal e em pedras calcárias, silicosas e graníticas. Dois grandes problemas, porém, asfixiavam o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, um de ordem econômica, a falta de estradas que facilitassem o escoamento da produção, e a falta de portos aparelhados, apesar da grande extensão de sua costa, obrigando a produção a ser transportada, quando destinada à exportação, em pequenas embarcações para o Recife, sendo daí embarcadas em navios de maior calado; e a dependência em que esta Capitania vivia em relação a Paraíba E A Pernambuco, o que lhe trazia sérios problemas, de vez que a sua Comarca era dependente da de Paraíba desde 12 de dezembro de 1687, até 18 de março de 1818, enquanto, do ponto de vista administrativo, esteve dependente de Pernambuco desde 11 de janeiro de 1701, até 20 de março de 1817¹³, quando o Capitão-mor aproveitou a Revolução Pernambucana, de sentido republicano, para libertar-se da Capitania dominadora. Para auferir maior independência econômica criou ainda a Alfândega de Natal, procurando tirar de Recife a função de entreposto comercial entre aquela Capitania e o mercado externo, função que vinha exercendo desde a época da conquista, e ainda se faz sentir, a pesar de todas as medidas tomadas por este Capitão-mor e por numerosos dos seus sucessores.

Em 1845, o território potiguar compreendia uma divisão administrativa com catorze unidades, como se pode observar na tabela 02, tendo como sede a cidade do Natal, também Capital da então Província, e treze vilas, doze das quais são hoje sedes de municípios.

¹² Saint, Adolphe – Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brasil, vol. II, págs. 437/441. Casa de A. B. Ailland Editeur Paris, 1845.

¹³ Pinto, Álvaro Moreira – Chorografia do Brasil, págs 96/101, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1909.

Tabela 02: Divisão política do Rio Grande do Norte em 1845

CIDADE	VILAS
Natal	Acari Apodi Extremoz Goianinha Portalegre Santana do Matos São Gonçalo São José do Mipibu São José de Angicos Touros Vila do Príncipe Vila da Princesa Vila Flor

Na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX, o crescimento econômico do Rio Grande do Norte se procedeu com certa lentidão, de uma forma menos dinâmica que a dos estados vizinhos, mas houve, nesse período, aplicação de investimentos em suas atividades econômicas principais e penetração do capital estrangeiro em alguns setores de sua economia, como atestam as casas comerciais suíças em Mossoró¹⁴, que logo se transformaria de modesto centro pecuarista e administrativo, em empório comercial; enquanto Cunhaú houve aplicação de capitais na área açucareira, com a implantação da usina Maranhão, em 1910 e na área sertaneja a implantação de indústria de beneficiamento de fibra e das sementes de algodão. O comércio exportador da carnaúba, a partir de 1840, passou a interessar aos grupos econômicos estrangeiros. Nesse período foram construídas as primeiras estradas de ferros – Mossoró/Porto Franco e Natal/Nova Cruz (1889/83), sendo ainda abertas a tração animal. A introdução do automóvel, após 1920, provocou o melhoramento das condições de tráfego dessas estradas, sobretudo da que ligava Mossoró a Limoeiro do Norte no Ceará e a que ligava Macaíba a Santa Cruz¹⁵.

A melhoria das estradas e o crescimento da população urbana estimularam o desenvolvimento da comercialização de certos produtos, ante destinados ao auto-abastecimento, como queijos do Seridó, região que ficou famosa pela excelente qualidade do seu algodão, de fibra longa, pelos seus queijos e manteigas e pela importância dos seus homens públicos. Algumas famílias do vale do Seridó, pelas suas atividades políticas, econômicas e culturais, tiveram projeção nacional.

A produção de cera de carnaúba, inicialmente usada para fazer velas, e de grande importância nos vales do Açú e do Apodi, adquiriu grande expressão, enriquecendo proprietários de carnaubais e comerciantes, tendo contribuído, ao lado do algodão, para que Mossoró tivesse a posição que teve na segunda metade do século XIX. O sal e a pesca, apesar de abundantes no litoral, só tiveram maior expressão nos meados do século XX, quando companhias de outras áreas, como a Comércio e Navegação, face à escala de operações e à

¹⁴ Souza, Francisco Fausto de – História de Mossoró, págs 85/115. Editora Universitária UFPB, João Pessoa, 1979.

¹⁵ Governo do Estado do Rio Grande do Norte – Sinopse, págs. 39, Fundação Instituto do Desenvolvimento – Natal, 1980.

tecnologia mais avançada, começaram a concorrer com as pequenas salinas dos moradores. Nessa ocasião, 1909, o Estado estava dividido, como se pode observar na tabela 03, em 35 municípios, cujas sedes, de acordo com a Constituição Estadual de 1892, em seu artigo 56, podiam ser cidades ou vilas. As cidades, em número de 12 eram centros de maior expressão econômica e populacional e se localizavam – cinco delas – na porção oriental, próxima à Capital. As sete restantes se distribuíam pelos vales do Açu, do Apodi e do Seridó. As vilas, pequenos centros de comércio e administração local e de serviços menos especializados, eram melhor distribuídas, cobrindo o espaço norte-rio-grandense em toda a sua extensão.

Tabela 03: Divisão administrativa do Rio Grande do Norte em 1910

MUNICÍPIOS COM CIDADES	VILAS
Natal	Arês
Açu	Acari
Canguaretama	Angicos
Ceará-Mirim	Carnaúbas
Martins	Goianinha
Jardim	Papari
São José de Mipibu	Portalegre
Caicó	Touros
Macaíba	Santo André do Mato
Macau	Serra Negra
Mossoró	Coitezeiras
Apodi	Luís Gomes
	Patu
	Santo Antônio
	Flores
	Nova Cruz
	São Gonçalo
	Angicos
	Areia Branca
	Pau dos Ferros
	São Miguel
	Triunfo
	Currais Novos

A segunda metade do século XX traria grandes mudanças às formas espaciais, provocando um crescimento desequilibrado e muito dependente de capitais e de decisões externas, como procuramos demonstrar no item 04.

A PROBLEMÁTICA DAS SECAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

É difícil analisar o processo de produção do espaço de qualquer Estado do Nordeste, sobretudo do Rio Grande do Norte e do Ceará, sem aludir à problemática das secas. Inicialmente, deve ser levado em conta que 90% do território norte-rio-grandense se encontra inserido no chamado Polígono das Secas e que estas constituem um grave problema, pois quase sempre, em cada decênio, ocorre uma seca de grandes proporções que prejudica as atividades econômicas e flagela as populações. A sua frequência é tal que, tem gerado uma rica e

elucidativa bibliografia em que avultam análises de pessoas que viveram o problema na região, como Rodolpho Theophilo¹⁶, Eloy de Souza¹⁷, Philippe e Theophilo Guerra¹⁸ e, mais modernamente, Raimundo Nonato¹⁹ e Manuel Rodrigues de Melo²⁰, além de trabalhos realizados por técnicos de alto gabarito, contratados pela então Inspetoria de Obras Contra as Secas²¹. Livros e ensaios que constituem uma farta documentação, indispensável à compreensão do processo de produção do espaço no Rio Grande do Norte, em particular, e no Nordeste em geral.

As secas vêm assolando o Nordeste desde o período anterior à descoberta e colonização portuguesa; há testemunho de sua ocorrência já no século XVII, em livros de cronistas como Frei Vicente do Salvador²². Nos primeiros tempos, o homem não havia ainda provocado a degradação da natureza, como fez depois; além disso, a população sendo mais escassa, nos períodos de estiagem ela se deslocava com seus animais para os pontos onde ainda havia água, geralmente as serras ou os leitos dos rios seco onde eram abertas cacimbas.

O colonizador, porém, agiu na região semiárida com uma grande imprevidência, destruindo os recursos naturais e não se preparando para enfrentar a estiagem, como fazem os habitantes de outras regiões. Nos países de clima temperado e frio, por exemplo, a população se prepara para o inverno, armazenando alimentos e desenvolvendo técnicas de conservação dos mesmos, ou ainda cultivando plantas de ciclo vegetativo curto, adaptado às condições climáticas hostis. Essa falta de adaptação derivou do tipo de ocupação que aqui se estabeleceu, ocupação feita, não em função do atendimento das necessidades dos povoadores, mas da demanda do comércio exterior, fazendo com que não se desenvolvessem de forma eficiente, técnica e hábitos que permitissem à população conviver-se numa catástrofe cada vez maior, à medida que aumentava a densidade demográfica da área semiárida e que havia uma devastação maior da natureza.

As crônicas documentaram problemas por elas causadas: a que ocorreu em 1791 e que se prolongou por três anos, provocou danos tão grandes ao rebanho cearense que é apontada como responsável pela destruição da florescente indústria de charque, depois transferida para o Rio Grande do Sul²³. A de 1877 e que se prolongou até 1880, tendo coincidido como “rush” da borracha, provocou uma intensificação no êxodo para a Amazônia; e de 1907, teve tal repercussão que levou o Governo Federal a criar a Inspetoria de Obras contra as Secas, hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que realizou, inicialmente, um grande levantamento sobre as condições naturais do Nordeste – geológico, hidrogeológico, geomorfológico, climatológico e de vegetação –, passando depois a desenvolver uma política de construção de açudes e de estradas. Esses açudes tinham por finalidade represar, em grandes barragens, a água caída nos períodos “invernoses” para ser utilizada, posteriormente, na

¹⁶ História da seca no Ceará (1877-1880) Typografia do Libertador – Fortaleza, 1883.

¹⁷ O calvário das Secas. Imprensa Oficial. Natal, 1938.

¹⁸ Secas contra as Secas Typ. da Livraria Cruz Cantinho, Rio de Janeiro, 1909.

¹⁹ Memórias de um Retirante. Pongetti – Editores, R.J. 1957.

²⁰ Várzea do Açú 2ª edição AGIR. Rio de Janeiro, 1951.

²¹ Dentre os vários livros publicados salientamos; Grandall, Roderic – Geologia, Suprimento d’água, Transportes e Açudagem. Imprensa Inglesa. Rio de Janeiro, 1923; Moraes, Luciano Jacques – Serras e Montanhas do Nordeste. IFOCS. Rio de Janeiro, 1924 e Luetzelburg, Philipp von – Estudo Botânico do Nordeste. IFOCS. Rio de Janeiro s/d.

²² Salvador, Frei Vicente. História do Brasil, 3ª edição. Companhia Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1931.

²³ Girão, Raimundo – História Econômica do Ceará. Instituto do Ceará. Fortaleza, 1947.

regularização do regime dos rios, na produção de energia elétrica e na irrigação. Infelizmente a política de construção de açudes não foi seguida de uma outra de desenvolvimento de uma agricultura irrigada, ficando a água armazenada, em grande parte subaproveitada. A seca de 1932, se deu num período de grande discussão dos problemas nacionais, quando intelectuais, políticos e militares, após a derrubada da velha oligarquia – Revolução de 1930 –, procuravam novos caminhos para o país; foi um chamamento à realidade e, como tal, provocou uma ação mais intensa da então Inspetoria federal de Obras Contra as Secas. A seca de 1932 voltaria a preocupar o Governo Federal e provocaria um grande clamor por parte da população nordestina, levando o Governo a, inspirado na experiência italiana da Cassa per Mezzogiorno, fundar uma agência creditícia – Banco do Nordeste do Brasil – com sede em Fortaleza, mas com atuação, em vista da política desenvolvimentista, em toda a área delimitada pelo Polígono das Secas. Seis anos depois, uma nova seca, a de 1958, provocaria novas manifestações na região, levando o Governo Federal a proceder novos estudos e a criar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – procurando substituir a velha política assistencialista e tecnocrata, até então desenvolvida por uma ação mais social. Levantava-se, então, a idéia desenvolvimentista, admitindo o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste, que o problema da região não era climático, mas socioeconômico, resultando mais de falta de adaptação da economia às condições naturais do que da inclemência do clima. Partia-se assim para uma política desenvolvimentista, através da qual se procurava, intensificando a implantação de obras de infraestrutura, desenvolvendo um processo de industrialização e fazendo uma reestruturação agrária, modificar a região, corrigindo os desníveis de desenvolvimento²⁴. Na realidade, vinte anos depois, o Nordeste continua com desníveis de desenvolvimento inferiores aos do Centro-Sul, tendo-se intensificado o processo de colonização interna, com a implantação de parques industriais modernos, mas de propriedade de empresas do Sudeste e transnacionais, e que a política agrária não teve condições de atenuar o poder do latifúndio e de resolver a questão agrária. O que se observa é que a política desenvolvida integrou ainda mais o Nordeste à área mais dinâmica do país, especializando-o na exportação de matérias-primas, de mão-de-obra e de capitais. A dependência e os desequilíbrios regionais, ao invés de diminuir, acentuaram o processo de empobrecimento da região.

A seca de 1970 pôs às claras o fracasso das políticas anteriores e levou o Governo Federal a programar uma nova forma de ação, através do Projeto sertanejo. Este projeto que fazia ressuscitar a velha política de construção de açudes por parte do DNOCS, passou a estimular a implantação, em áreas irrigadas, de culturas comerciais, como a do tomate, afim de abastecerem as indústrias produtoras de alimentos, montadas na região. A ação lenta de uma tecnologia melhor adaptada às condições da região, fez com que a nova seca, iniciada em 1978 e ainda castigando a região, provocasse a adoção de medidas assistencialistas e tradicionais, como a da implantação de frentes de trabalho que retenham os flagelados na área atingida pela seca, evitando o êxodo para as cidades do litoral ou para às áreas úmidas, fazendo com que, passada a crise, continue a haver disponibilidade de mão-de-obra na própria região.

A política de construção de açudes merece sérias críticas, quer do ponto de vista ecológico, quer do ponto de vista social. Embora não possamos condenar pura e simplesmente a construção de açudes, devemos levar em conta que a construção de grandes represas provoca a formação de imensos lagos que cobrem grande parte da área agrícola de melhor qualidade das margens dos rios; além disso, a utilização da água armazenada nem sempre é feita de forma racional. As áreas agrícolas inundadas não são apenas aquelas localizadas nas margens dos rios;

²⁴ GTDN – Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. 3ª edição. SUDENE. Recife, 1978.

represas como as de Sobradinho, de Ibó (em projeto), de Itaparica (em construção) e de Paulo Afonso no Rio São Francisco, e aquelas construídas em rios temporários, como o Jaguaribe e seus afluentes, e o Açú, onde no momento se constrói uma grande represa em território norte-rio-grandense, inundam uma série de municípios com áreas agrícolas de grande importância, além de reservas minerais. Do ponto de vista social a situação se agrava porque a construção dessas represas desaloja milhares de agricultores – pequenos proprietários, arrendatários e parceiros – sem que se desenvolva uma política de assistência e de realocação dos mesmos. Por sua vez, nas áreas a jusante da represa, onde se implanta uma infraestrutura de irrigação, as terras não são destinadas à colocação dos agricultores desalojados, mas são geralmente entregues a grandes empresas que desenvolvem a pecuária de corte – com pastagens irrigadas – ou culturas comerciais e industriais, como a cana-de-açúcar, a vinha, a cebola e frutas, como vem ocorrendo no Médio e Baixo São Francisco. O DNOCS, construindo em colaboração com os grandes fazendeiros, médios e pequenos açúdes em suas propriedades, ou abrindo poços artesianos, dão aos mesmos, que se dedicam sobretudo à pecuária, um poder de resistência à seca, enquanto os pequenos produtores, predominantemente agricultores, têm as suas lavouras exterminadas pelas suas secas e são forçados a migrar, ocasião em que os grandes e médios proprietários aproveitam para adquirir, por baixo preço, os animais e as terras dos lavradores.

Os comerciantes das cidades do interior, quase sempre também proprietários, aproveitam o momento para desenvolver as suas atividades comerciais, explorando as frentes de trabalho implantadas pelo Governo, onde o flagelo recebe um salário diário, baixo, mas contínuo, que lhe dá um poder de compra de produtos de primeira necessidade. Daí se falar em uma “indústria da seca” e em políticos que se elegem com verbas destinadas ao combate às secas.

Faz-se necessário desenvolver uma política permanente de irrigação na agricultura, do uso de plantas xerófilas, da assistência técnico-agronômica e creditícia e da organização da comercialização dos pequenos produtores, abandonando os programas faraônicos, de implantação de grandes obras. É necessário que se crie um sistema econômico que permita encarar a seca como um acontecimento natural, e que faça com que o homem da região sertaneja possa conviver com ela. As obras grandiosas além de provocarem grandes dívidas, favorecem muito mais às firmas construtoras ou às fornecedoras de material de construção, de máquinas e de combustíveis, do que à população da região e ao país. É preciso desenvolver uma política de produção racional do espaço semiárido e levar em conta os efeitos ecológicos e sociais como primeira prioridade, deixando de lado a propaganda, as preocupações de provocar impactos e de beneficiar os grandes proprietários e os grupos econômicos. O verdadeiro desenvolvimento não é provocado pelo falso progresso, tão decantado e tão pouco analisado.

O ESPAÇO PRODUZIDO

O espaço norte-rio-grandense começou a se industrializar, em termos capitalistas, modernos ainda no século XIX, a partir de 1840, com a intensificação da exportação da cera de carnaúba, dando vitalidade à porção ocidental, beneficiada com o assoreamento do porto cearense de Aracati que antes polarizava a região. Tal fato provocou a transferência de grandes comerciantes daquela cidade para Mossoró e a recolha desta como escala regular dos navios da Companhia Pernambucana.

A indústria açucareira que se desenvolvera com grande lentidão, passando de 3 engenhos e 22 engenhocas em 1775, para 45 engenhos e 93 engenhocas em 1845; elevou-se, em 1845,

para 173 engenhos, localizados, em sua imensa maioria, nas ribeiras da costa oriental, em Trairí, Canguaretama, São José de Mipibu e em Ceará-Mirim e outros menos expressivos que expandiram até o vale do Maxaranguape. O século XX, porém, foi iniciado sem que o Rio Grande do Norte, ao contrário dos demais estados açucareiros do Nordeste, possuísse uma única usina. A primeira seria implantada em Canguaretama, em 1910, e a segunda, no Ceará-Mirim – a São Francisco –, em 1922. Em 1942 surgiram mais três, a Ilha Bela, a Guanabara e a Estivas; posteriormente, ainda seria instalada no Ceará-Mirim uma pequena usina que teve vida curta, a Santa Teresinha. Hoje, apesar do processo de capitalização, da empresarialização e do estímulo dado à economia de escala, o Rio Grande do Norte possui apenas duas usinas, a São Francisco, com capacidade para 457.000 sacos anuais, dominando o vale do Ceará-Mirim e os tabuleiros que o cercam, e a Estivas com uma produção de 944.000 sacos em 1978, controlando os vales do Trairí e do Cunhaú.

O algodão que durante duas décadas foi o principal produto potiguar, vem perdendo expressão, mas foi um forte elemento de atração de capitais estrangeiros, ingleses sobretudo, tanto no setor produtivo como no da comercialização e da industrialização. Em 1888²⁵ Natal teve a sua primeira indústria de fiação e tecelagem que fabricava sacos para acondicionamento de produtos agrícolas – principalmente o açúcar – destinados ao comércio exterior e ao da região e do país. O processo de prensagem do algodão para facilitar a exportação, foi iniciado com a implantação das primeiras prensas, no ano de 1912, em Natal e Mossoró, enquanto as usinas de extração de óleo de semente de algodão começaram a surgir em 1904. Logo em seguida desenvolveu-se a exploração de outras oleaginosas, como a oiticica e a mamona, utilizando as mesmas fábricas; com elas surgia também a indústria de sabões, contribuindo para que Mossoró, onde vivia uma burguesia dinâmica, se industrializasse. Os Rosado e os Fernandes, entre outras famílias²⁶, conquistaram fortunas e prestígio político através do comércio e da indústria.

Uma análise da economia potiguar atual indica que o espaço norte-rio-grandense vem perdendo importância, do ponto de vista quantitativo, como produtor de algodão e de carne, e que certas atividades tradicionais, como o extrativismo da cera de carnaúba e do óleo de oiticica, têm mercado internacional.

O crescimento da cultura, da cana-de-açúcar e do cajueiro, para o aproveitamento do caju e da castanha, a primeira na porção oriental, tradicionalmente produtora, e a segunda no Oeste, de uma atividade extrativa foi transformada em atividade agrícola, vem oferecendo novas opções ligadas à indústria. A agave, cultivada sobretudo na região de Touros, ganha também importância econômica.

A vocação voltada para a mineração e exportação de minérios é manifesta, ao se comparar a sua produção com a brasileira, em produtos como a sheelita (100%), a diatomita (55,2%), o petróleo, o mármore, etc. Quanto ao sal marinho, com o qual o Estado contribui com 75,1% da produção nacional, é um produto que tem grandes perspectivas face à modernização da atividade industrial e à construção do porto-ilha da Ponta do Mel. O coco seria outra opção se os loteamentos para construção de casas de veraneio, que se expandem como uma praga por todo o Nordeste, não tivessem ocupado as suas áreas naturais de produção. Experiências de

²⁵ Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Obra citada, pág.20.

²⁶ Cascudo, Luís da Câmara – Jerônimo Rosado (1861/1930). Pongetti. Rio de Janeiro, 1967.

colonização visando ao desenvolvimento da olericultura e tentando melhorar os padrões alimentares dos centros urbanos, vêm-se desenvolvendo nos últimos anos.

As cidades vêm crescendo em ritmo acelerado, com Natal ultrapassando a formação de um importante mercado consumidor e desenvolvendo serviços especializados nos vários setores, sobretudo nos de saúde e com campi avançados em várias cidades – Caicó, Currais Novos, Nova Cruz, Macau, Santa Cruz –, de uma Universidade Regional e uma Escola Superior de Agricultura em Mossoró, com campi avançados em Açu e Pau dos Ferros, assim como de uma rede relativamente grande de estabelecimentos de ensino secundário e primário.

A política de industrialização desenvolvida pelo Governo Federal, através da SUDENE, beneficiou em maior escala, os estados de Pernambuco e da Bahia, seguidos de Paraíba e do Ceará, mas possibilitou a implantação de projetos industriais em Natal, em Mossoró, em Parnamirim, em Macau e em São Gonçalo do Amarante. Estes projetos totalizam 86 unidades, com um valor de investimentos, em 1977, da ordem de Cr\$ 3.727.930, 187, com programação para criar 19.072 empregos²⁷.

As principais rodovias do Estado foram asfaltadas, embora o sistema ferroviário tenha sido desprezado, como em todo o Brasil, nos últimos vinte anos, face a uma imprevidência desconcertante que forçou o aumento do consumo de petróleo, em um país deficitário na produção desta fonte de energia. Grandes projetos que preveem investimentos astronômicos e que têm resultado em muitas polêmicas, como o da barragem do Açu, se acham em execução.

Para efeito estatístico, indispensável ao planejamento, o Estado foi dividido, pela fundação IBGE, em três mesorregiões, compreendendo a do Oeste Potiguar, quatro microrregiões, a Central Potiguar, também quatro microrregiões e a de Natal – que por uma questão de coerência deveria chamar-se Leste Potiguar – compreendendo uma única microrregião, pelas quais se distribuem os 150 municípios do Estado, como se pode observar na tabela 04. A distribuição da população pelo espaço estadual é bem equilibrada, não havendo grandes concentrações nem vazios demográficos, como ocorre em outros estados, de vez que as densidades demográficas por microrregião, se excluirmos a de Natal, oscilam entre 48,72 e 14,47 hab/Km². A de Natal foge à regra, apresentando 145,14 hab/ Km², o que é facilmente compreensível por nela se situar a Capital e maior cidade do Estado.

É importante, porém, esclarecer, complementando a análise que ora se faz, procurando interpretar a forma como vêm sendo feitas as transformações econômicas e sócias na utilização do espaço geográfico, quem interfere, porque interfere e como interfere e ainda quem se beneficia dessa interferência. Assim, a crise econômica que ora atravessamos nos mostra que o crescimento da produção e o uso mais intensivo de capital e de tecnologia, nos anos que seguiram à Segunda Guerra Mundial, não podem ser considerados como indicadores de desenvolvimento, mas apenas de crescimento. Isto porque o crescimento da produção, e no caso brasileiro realmente ocorreu, com um grande desprezo pelo social e pelo ecológico, é, muitas vezes, conquistado às custas do empobrecimento, da queda da qualidade de vida da população e da dilapidação e degradação dos recursos naturais.

²⁷ Andrade, Manuel Correia de – Estado, capital e industrialização do Nordeste. No prelo.

Tabela 04: Divisão regional e administrativa do Rio Grande do Norte – 1975

Mesorregião	Microrregião	Superfície (Km ²)	População (hab.)	Densidade demográfica (hab./Km ²)	Número de Municípios
Oeste Potiguar		30.655	804.837	26,26	76
	Salineira do RN	6.655	228.658	36,10	8
	Açu e Apodi	5.829	152.335	15,50	13
	Serrana Norte-rio-grandense	5.120	201.116	39,20	33
	Seridó	9.372	222.728	23,77	22
Central Potiguar		18.264	470.934	25,64	56
	Litoral de São Bento do Norte	2.113	38.075	18,02	4
	Sertão de Angicos	4.256	61.576	14,47	4
	Serra Verde	4.328	81.722	18,53	11
	Borborema Potiguar	4.104	118.162	28,04	16
	Agreste Potiguar	3.509	170.949	48,72	21
Natal		3.996	579.983	145,14	18
	Natal	3.996	579.983	145,14	18

Nos anos que seguiram à Segunda Guerra Mundial, dois agentes passaram a ter grande interferência na economia: o Estado e os grupos econômicos. O estado fazendo maiores aplicações em obras de infra-estrutura – transportes, comunicações, serviços de urbanização, educação, etc – em projetos de econômicos de rentabilidade duvidosa e subsidiando ou dispensando de impostos aos empreendimentos industriais privados, como os clássicos subsídios fornecidos pela SUDENE, através, inicialmente, dos mecanismos dos arts. 34/18 e, posteriormente, pelo FINOR. Os grupos econômicos utilizando as facilidades oferecidas pelo Estado para explorar recursos que, a médio e curto prazo, se tornarão altamente rentáveis. Daí a modernização com o crescimento da produção e diminuição das unidades produtivas das usinas de açúcar, face à política do Instituto do Açúcar e do Alcool; a modernização com o controle pelo capital estrangeiro, da indústria salineira, beneficiada com a construção do porto especializado da Ponta do Mel²⁸; daí a implantação de um parque têxtil nas proximidades de Natal, onde o Estado fez construir um distrito industrial e daí também a penetração, em largas escala, do capital estrangeiro competindo com empresas locais, na exploração de um mineral estratégico como a sheelita, e o controle dos serviços e do comércio, sempre rendosos, por grupos estrangeiros à área.

Naturalmente que em uma sociedade capitalista, a interferência dos grupos econômicos é comandada pela necessidade lógica do próprio sistema de promover, de forma cada vez mais acelerada, a acumulação de capitais que não permanecerão na área de produção, mas serão transferidos para áreas mais ricas que permitam a sua reprodução em ritmo cada vez mais acelerado. Ela provoca, assim, uma dupla concentração, a financeira e a geográfica. A financeira, responsável pela proliferação das camadas médias e pobres da população que perde cada vez mais o controle dos meios e instrumentos de produção, sendo obrigadas a vender o

²⁸ Chaves, Carlos Alberto – Estudo Preliminar sobre o Sal no Rio Grande do Norte. Departamento da Receita Federal, pág.53. Natal, 1975.

que lhes resta, a força de trabalho; o preço desta mercadoria, por sua vez, oscila consideravelmente no mercado, de acordo com a qualificação da mão-de-obra e da lei da oferta e da procura, aumentando o poder de barganha do que vende a sua força de trabalho, sobretudo da especialidade, quando a oferta é inferior a procura, e diminuindo quando é superior. O que não se deve esquecer, porém é que o Capital, ao discutir preços com o Trabalho, leva grande vantagem, podendo importar trabalhadores de outras áreas quando a oferta de mão-de-obra é pouco abundante, o que muitas vezes acarreta o crescimento das migrações internas, tanto inter como intra-regionais, do campo para as cidades, ou do campo para o campo, ou da cidade para a cidade, provocando problemas de marginalização urbana e de tensões no campo²⁹. Não menos grave que a concentração financeira é a concentração geográfica que vem beneficiando as regiões mais ricas, mais desenvolvidas.

Analisadas as características da exploração do espaço norte-rio-grandense nos dias atuais, observa-se que este Estado, além de ser relativamente mais subdesenvolvido que outros da região, tem a sua porção ocidental polarizada para Fortaleza e a porção oriental polarizada para o Recife. Mossoró seria o centro polarizador sub-regional dependente de Fortaleza no Oeste e Natal teria a mesma função em relação ao Recife, no Leste. Assim, grupos econômicos médios do Ceará e de Pernambuco, direta ou indiretamente em aliança com grupos locais, se beneficiam da exploração do espaço norte-rio-grandense, carreando recursos para os estados. Ocorre, porém, que o Nordeste, como um todo, é uma região subdesenvolvida em relação ao Sudeste do país, sobretudo ao seu centro mais dinâmico – São Paulo – e que os grupos econômicos daí fazem também investimentos e realizam transações comerciais com empresas e com o próprio Estado, apropriando-se de grande parte do valor da produção. Até mesmo nas relações comerciais de abastecimento, São Paulo se beneficia das transações feitas, ora comerciando diretamente com empresas norte-rio-grandenses, ora utilizando intermediários sediados no Recife ou em Fortaleza. O planejamento da economia capitalista não é feito em escala regional, nem nacional, mas tem como objeto toda a superfície dos países capitalistas; a punjança econômica de São Paulo não tem, como se poderia pensar, um caráter autônomo, ela é, em grande parte, dependente dos grupos econômicos transnacionais, servindo como um peão que recolhe os lucros obtidos no espaço brasileiro para transferi-los, sob forma de dividendo, de pagamentos de juros, etc., para os grandes centros econômicos internacionais. Desse modo, a economia do Rio Grande do Norte vem sendo dinamizada em função de interesses exteriores ao seu espaço, desde o período colonial, em uma dependência de terceiro nível, sendo o primeiro a dependência brasileira em relação aos grandes centros de capitais internacionais, em segundo nível a dependência da região nordestina em relação à brasileira, e em terceiro a dependência norte-rio-grandense em relação aos centros mais desenvolvidos da região – Recife e Fortaleza.

Finalmente, a quem beneficia essa relação econômica? Aos grupos transnacionais e nacionais e aos seus aliados do Rio Grande do Norte, de vez que as condições de vida da população, quanto aos níveis de alimentação, de habitação e de saúde vêm se deteriorando com o processo de crescimento econômico; processo cujas formas alarmaram uma alta autoridade do país que chegou a afirmar, quando visitou o Nordeste no período de seca, que “o Brasil era um país ricos, mas que o povo brasileiro era pobre”.

²⁹ Andrade, Manuel Correia de et alii – Dinâmicas das microrregiões de Intensa Atividade Migratória do Nordeste. 4 volumes SUDENE. Recife, 1980.

É necessário, tanto em escala norte-rio-grandense com em escala nacional, uma modificação nos paradigmas visados pelo planejamento, afim de que se dê primeira prioridade ao homem, procurando melhorar a qualidade de vida da população como um todo, através de medidas prioritárias para aqueles produtos destinados ao consumo interno e só, secundariamente, atendam à demanda do mercado internacional; é urgente que se tenha uma preocupação maior com o social e o ecológico, com a utilização dos recursos naturais. É necessário que se complemente a independência política, conquistada em 1822, fazendo com que a independência econômica nacional deixe de ser colonial em seus objetivos para se tornar independente, voltada para o mercado interno.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. **L'élevage dans le nord-est du Brésil**. Bourdeaux, s. ed. 1968. (Les Cahiers D'Outre Mer, 21).

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. 4 ed. São Paulo, Ed. de Ciências Humanas, 1980.

_____. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. (No prelo).

ANDRADE, Manuel Correia de et alii. **Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória no Nordeste**. Recife, Sudene, 1980.

CALMON, Pedro. **História da casa da Torre**. Rio de Janeiro, J. Olympio, s.d.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal, Prefeitura Municipal do Natal, 1947.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jerônimo Rosado (1861/1930)**. Rio de Janeiro, Pongetti, 1967.

CHAVES, Carlos Alberto. **Estudo preliminar sobre o sal no Rio Grande do Norte**. Natal, Departamento de Imprensa, 1975.

CRANDALL, Roderic. **Geographia, geologia, suprimento d'água, transportes e açudagem**. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Mossoró, um espaço em questão**. Mossoró, s.ed. 1980. (Coleção Mossoroense,140).

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza, Instituto de Ceará, 1947.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo, Ática, 1948.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Diagnóstico Estrutural do Estado**. Síntese. Natal, Instituto de Desenvolvimento, 1980.

GUERRA, Philipe e GUERRA, Theophilo. **Secas contra as secas**. Rio de Janeiro, Cruz Coutinho, 1909.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 3. ed. Recife, Sudene, 1978.

KAYSER, Bernard. **Les divisions de l’espace géographique dans les Pays sous-développés**. Paris, 1964.

LAPA, José Roberto do Amaral et alii. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980.

LEUTZELBURG, Philipp von. **Estudo botânico do Nordeste**. Rio de Janeiro, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, s.d.

MARCHAND, Alexander. **Do escambo à escravidão**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d.

MELLO, Manuel Rodrigues de. **Várzea do Açú**. 2 ed. Rio de Janeiro, Agir, 1951.

MORAES, Luciano Jacques. **Serras e montanhas do Nordeste**. Rio de Janeiro, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, 1924.

NONATO, Raimundo. **Memórias de um retirante**. Rio de Janeiro, Pongetti, 1957.

PINTO, Álvaro Moreira. **Chorographia do Brasil**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1909.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11 ed. São Paulo, Brasiliense, 1971.

SAINT, Adolphe. **Diccionario geográfico, histórico e descritivo do Brasil**. Paris, Casa de A. B Ailland, 1845.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil**. 3 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1931.

SOUZA, Francisco Fausto de. **História de Mossoró**. João Pessoa, Ed. Universitária, UFPB, 1979.

SOUZA, Eloy de. **O calvário das secas**. Natal, Imprensa Oficial, 1938.

THEOPHILO, Rodolfo. **História da seca do Ceará**. Fortaleza, Libertador, 1883.